

Gramsci e o estudo das identidades territoriais

Laurindo Mékie Pereira*

Resumo: Neste trabalho analiso o pensamento de Antonio Gramsci com o objetivo de identificar a contribuição das categorias do pensador italiano para o estudo das identidades regionais. Na presente conjuntura, não obstante a mundialização do capital, permanecem ou reaparecem discursos regionalistas/nacionalistas. A leitura gramsciana acerca do *Mezzogiorno*, embora construída para o entendimento daquele objeto, apresenta-se com razoável grau de universalidade e constitui um instrumental analítico percuciente para a compreensão destas temáticas na atualidade.

Palavras-chave: Gramsci, identidades regionais

Abstract: In this work, I analyze the thought of Antonio Gramsci with the objective to identify the contribution of the categories of the Italian thinker for the study of the regional identities. In the present conjuncture, in despite of the globalization of the capital, remains or reappears nationalistic and regionalism speeches. The Gramsci's reading concerning the *Mezzogiorno*, even so constructed for the agreement of that object, is presented with reasonable degree of universality and constitutes an analytical instrument percussive for the understanding of these thematic in the present time

Key-words: Gramsci, regional identities

Os temas nação/nacionalismo ou região/regionalismo são embaraçosos para os enfoques marxistas. À primeira vista, o uso conseqüente da categoria classe eliminaria essas questões de ordem territorial. A expectativa de Marx e Engels (1999, 1998) quanto a uma crescente internacionalização das relações de produção capitalista parece ser uma das razões do pouco espaço dado por eles aos “problemas nacionais”, como se observa no *Manifesto do Partido Comunista* (1999) e na *Ideologia Alemã* (1998). Coube a Lênin (1979, 2002), impelido pela conjuntura histórica de exaltação nacionalista durante a I Guerra, dar ao tema a atenção que ele requeria. De forma semelhante, a história, estando aí incluída experiência pessoal, levou Antônio Gramsci a estudar a questão meridional italiana.

O entendimento sumário da questão regional na Itália investigada por Gramsci constitui a parte inicial deste texto. Em seguida, procuro identificar as categorias gramscianas mais importantes que emergem dessa análise. Por fim, discuto o alcance destas categorias para os estudos de identidades territoriais em períodos posteriores ao tempo de vida do autor.

* Doutor em História pela USP. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. **Este trabalho tem o apoio financeiro da FAPEMIG.**

As desigualdades norte-sul na Itália datam do século XIX. Desde então, floresceu no norte uma sociedade urbana e industrial enquanto no sul a economia permaneceu rural, com forte concentração fundiária e intensa exploração dos camponeses. As raízes dessa estrutura podem ser buscadas na forma como se deu a unificação italiana na segunda metade do século XIX. Foi a natureza conservadora da "revolução italiana" - a "revolução passiva" - que produziu as duas Itálias (GRAMSCI, 2002). As "duas Itálias", porém, não estavam separadas. Inversamente, são as relações entre as elites industriais do norte e os latifundiários do sul que explicam, em boa medida, a sobrevivência desse "modelo". Em outros termos, a desigualdade era uma consequência e a forma de desenvolvimento capitalista no país.

Gramsci não foi o primeiro a abordar o problema meridional. Este já era discutido, numa perspectiva reformista e regionalista, tanto por lideranças do norte como do sul. Porém, Gramsci colocou o problema em termos revolucionário, "classista" e nacional.

A sociedade meridional, segundo o autor, era um grande "bloco agrário" formado por três estratos sociais: os camponeses, massa desorganizada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural e os grandes proprietários de terras/grandes intelectuais (GRAMSCI, 1987:154).

Os camponeses estavam em constante "efervescência", mas eram incapazes de se expressarem de forma organizada, metódica, duradoura. Os grandes proprietários estavam ligados às indústrias do norte, conformando o "bloco agrário-industrial": os primeiros apoiavam os segundos em troca da manutenção dos latifúndios. As relações norte-sul eram, pois, funcionais: o sul funcionava como um mercado consumidor do norte e como reservatório de mão-de-obra. Além disso, as rendas dos latifundiários meridionais eram aplicadas nos bancos do norte, contribuindo para o desenvolvimento industrial do mesmo (MACCIOCCHI, 1977: 113-114).

Esses são os dados do problema no "campo político" e econômico. Resta discutir o "campo ideológico"¹ do bloco agrário-industrial. É nesse âmbito que entra a inovadora contribuição de Gramsci quanto ao papel dos intelectuais. A grande contribuição de Gramsci para o pensamento marxista, diz Hugues Portelli, está exatamente na sua explicação quanto às funções dos intelectuais. "O ponto fraco da relação estrutura-superestrutura na teoria marxista provinha de seu caráter puramente abstrato, ora, Gramsci fornece uma tradução concreta, social, desse vínculo orgânico: os intelectuais" (PORTELLI, 1977: 157-158).

¹ As expressões "Campo Político" e "Campo Ideológico" são do próprio Gramsci. Entendemos que, a julgar pelo sentido em que elas eram utilizadas, poderiam ser substituídas pelos conceitos de "Sociedade Política" e "Sociedade Civil", categorias que Gramsci desenvolveria posteriormente na prisão.

Gramsci identifica dois tipos de intelectuais: o tradicional e o orgânico². Em *A Questão Meridional* ele fala em "velho tipo de intelectual" e em "novo tipo de intelectual". O primeiro é o elemento organizador de uma sociedade camponesa e artesanal. Com o desenvolvimento da indústria surgiu o segundo tipo, aquele "organizador técnico, o especialista em ciência aplicada". É o tipo predominante nas sociedades capitalistas (GRAMSCI, 1987:155). No sul da Itália, observa o autor, predomina o primeiro tipo, "com todas as suas características: democrático na face camponesa, reacionário na face voltada para o grande proprietário e para o governo, politiquês, corrupto, desleal" (GRAMSCI, 1987:155).

Os intelectuais meridionais, explica Gramsci, derivam de uma camada de pequenos e médios proprietários, vivem do aluguel da terra, da meação. Não são camponeses, mas estão próximo deles, se interpõe entre eles e o grande proprietário. As duas faces desses intelectuais se materializam na sua capacidade de "receber os impulsos" dos camponeses e ao mesmo tempo discipliná-los dentro da ordem estabelecida, impedir que se coloque em risco o bloco agrário-industrial. A colaboração dos estratos médios, dos intelectuais, é parte da estrutura do bloco: em troca o Estado lhes concedia empregos, privilégios econômicos, sociais e políticos. Assim, observa Macciocchi, profissionais liberais, advogados, professores, funcionários públicos, médicos, padres - todos intelectuais no sentido gramsciano - contribuía para a manutenção do *status quo* no Mezzogiorno (MACCIOCHI, 1977:113).

Acima desses intelectuais pequenos, haviam os grandes intelectuais, os "criadores", especialmente Benedito Croce. Há uma hierarquia entre os intelectuais, explica Hugues Portelli: "na cúpula (há) os criadores da nova concepção do mundo e de seus diversos ramos: ciência, filosofia, arte, direito, etc.; no escalão inferior, aqueles que estão encarregados de administrar ou divulgar essa ideologia"(PORTELLI, 1977:122). No caso do Mezzogiorno, Benedito Croce, o "intelectual criador", desempenhou o papel de aglutinador dos intelectuais pequenos, atraindo-os para o seu pensamento, para a ideologia burguesa nacional e européia, afastando-os, por consequência, das massas camponesas (GRAMSCI, 1987:161-162).

O que fazer diante desse diagnóstico? As propostas dos intelectuais meridionalistas, da burguesia industrial e mesmo do Partido Socialista nunca ultrapassavam os limites do reformismo, haja vista a sua participação no bloco agrário industrial. Quanto aos camponeses,

² O tema seria aprofundado pelo autor nos Cadernos, produzidos na prisão. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vol. 1 e 5.

não conseguiam se expressar de forma organizada porque "seus" intelectuais estavam a serviço do Estado e dos grandes proprietários.

Para Gramsci a solução da Questão Meridional era parte integrante da revolução socialista. Nesta, a aliança operário-camponesa desempenharia um papel central. Já em 1919, o autor dizia: "o proletário setentrional, emancipando a si mesmo da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do Norte" (GRAMSCI, 1987:77). A ação do proletariado do norte, em aliança com os camponeses do sul seria, pois, fundamental. No lugar do conflito "região x região" entrava o conflito operários-camponeses x industriais-latifundiários-intelectuais de classe média.

Em 1926 Gramsci coloca a questão em termos mais claros e consistentes:

O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora - o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. (...) Conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa (...) compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar essas exigências a seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências entre as suas reivindicações de luta (GRAMSCI, 1987: 139).

Essa passagem resume, de certa forma, o pensamento do autor sobre a questão. Note-se, em primeiro lugar, o papel de liderança do proletariado em sua aliança com os camponeses. Em segundo, embora Gramsci ainda não operasse com as categorias "sociedade civil" e da "teoria ampliada do Estado" (Sociedade civil + sociedade política) como observa Carlos Nelson Coutinho (1989:69), fica claro que a vitória "contra o capitalismo e o Estado burguês" somente se daria se o proletariado se tornasse classe "dirigente" e "dominante" o que, em termos gramscianos, significa conquistar, respectivamente, a hegemonia no plano da "sociedade civil" e o domínio da "sociedade política" – os aparelhos do Estado *stricto sensu*.

"A *Questão Meridional* é como um diamante de mil facetas, onde cada uma, iluminando um ponto particular, focaliza um dos aspectos do pensamento teórico-político de Gramsci" (MACCIOCHI, 1977:103). A metáfora utilizada por Macciocchi para se referir ao alcance do livro *A Questão Meridional* é adequada. De fato, linhas mestras do pensamento de Gramsci como as noções de bloco histórico, hegemonia, intelectuais e a aliança operário-camponesa já estão presentes no texto de 1926.

Na prisão, Gramsci tornou estes conceitos muito mais sofisticados, bem como construiu outros, a exemplo de ideologia arbitrária, ideologia orgânica e senso comum.

Entre as lições que se pode extrair dos escritos gramscianos, destacam-se o relevado por ele à política – contrariando certa tendência economicista-determinista que se desenhava no campo marxista – e a construção de categorias embasadas na concretude histórica. Estes dois pontos sobressaem quando se considera os mais importantes conceitos do autor, como a hegemonia, a direção moral e intelectual de uma classe (GRAMSCI, 2002) e o Estado ampliado, o entendimento de que o Estado não se restringe ao elemento repressivo (a sociedade política), mas inclui, também, os aparelhos privados de hegemonia que proliferaram no âmbito da sociedade civil no *ocidente* (GRAMSCI, 2002). Construir análises teóricas a partir do diálogo constante com a história significava retomar a boa tradição marxiana; reconhecer a importância da instância do político e ampliar a concepção de Estado, foi um enriquecimento expressivo do marxismo.

“Tudo pensar historicamente, eis aí o marxismo”(VILAR, 1976:178). A história mudou muito desde a morte de Gramsci. Estaria o seu instrumental analítico superado? A modernização econômica e a mundialização do capital não teriam aniquilado as especificidades regionais/nacionais? Se estas ainda existem, seriam os conceitos do pensador italiano ainda operacionais?

A permanência das desigualdades sociais e econômicas entre regiões é facilmente verificável a partir de índices como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. No caso brasileiro, os dados revelam nítidas diferenças entre as regiões nordeste e sudeste, por exemplo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008).

As transformações econômicas ocorridas na segunda metade do século XX, especialmente a industrialização do “terceiro mundo” e a emergência de um modo de acumulação flexível (HARVEY, 2006)), não aniquilaram certas especificidades regionais. O próprio Harvey aponta o caráter permanente da criação-destruição-criação de novas estruturas espaciais pelo capital (HARVEY, 2005).

Para além do econômico, movimentos de cunho nacionalista emergem em diversos lugares do globo (ANDERSON, 1989). As mobilizações regionalistas no interior das unidades nacionais e estaduais também são comuns (CASTRO, 1992; PEREIRA, 2007).

Se o objeto “questão regional” parece atual, o que dizer da sua abordagem a partir de uma perspectiva marxista-gramsciana? Tomando a chamada “questão nordeste”, um caso emblemático de regionalismo no Brasil, vamos encontrar no trabalho de Durval Muniz Albuquerque Júnior um exemplo do que se poderia chamar de vertente culturalista anti ou pós-marxista. Para o autor,

o regionalismo é muito mais do que uma ideologia da classe dominante de uma dada região. Ele se apóia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999:28).

Na mira do autor estão dois conceitos: classe e ideologia. Na sua interpretação, a produção e o compartilhar de uma “sensibilidade regionalista” por vários setores sociais desautorizam aquelas categorias. Ora, é possível que o regionalismo, expressando uma ideologia de classe, seja compartilhado e assimilado por outras classes sociais e, mesmo assim, não deixe de ser uma ideologia da classe hegemônica. As ideologias, como propõe Gramsci, podem ser arbitrárias ou orgânicas. As primeiras são elucubrações sem fundamento na vida social. As segundas são visões de mundo construídas historicamente como resposta às dinâmicas sociais, econômicas e políticas (GRAMSCI, 2002, vol. 1: 98–99, 111, 237).

Se a ideologia não é simples máscara e se ela pode ser compartilhada por diversos grupos sociais sem deixar de ser ideologia, a pergunta se desloca para o problema da difusão desta concepção de mundo. Como já mostraram autores como Chartier (1990), Thompson (1997, 1998) e Foucault (2000), as relações entre Estado e sociedade, cultura erudita e cultura popular, liderança e liderado, não podem ser compreendidas em termos unilaterais ou verticalizados. A resposta de Gramsci a esta questão é instrutiva. A formação do *senso comum*, “a ideologia dos não filósofos”, observa o pensador italiano, é um processo complexo, no qual interferem os mais diversos fatores, entre eles

(...) a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (na medida em que é reconhecida e apreciada, pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apóia, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção (GRAMSCI, 2002, vol. 1:108).

O peso destes elementos varia conforme a formação intelectual do público-alvo, observa autor (GRAMSCI, 2002, vol 1:108). Nota-se, nesta passagem, como a forma parece ser tão importante quanto o conteúdo da mensagem. Saliente-se, também, a importância conferida à “autoridade do expositor”, aspecto próximo à idéia de capital simbólico de Bourdieu (2003). No entanto, quando se trata das “massas populares”, a recepção de uma nova concepção é mais complexa. Em virtude do caráter “religioso” do *senso comum*, sua modificação é mais trabalhosa.

As massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma “pura”, por assim dizer, mas – apenas e sempre – como combinação mais ou menos heteroclita e

bizarra. A forma racional, logicamente coerente, a perfeição do raciocínio que não esquece nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso, tem sua importância, mas está bem longe de ser decisiva (GRAMSCI, 2002, vol. 1:108).

Evidencia-se na análise gramsciana o papel ativo dos trabalhadores/populares/massa no processo de formação do senso comum, aspecto que contraria explicações deterministas, economicistas e racionalistas.

A atualidade do materialismo histórico é também colocada em xeque sob o argumento de que outras identidades, como aquelas relacionadas às dimensões do gênero ou do território, deslocaram ou mesmo aniquilaram o lugar da identidade de classe no tempo presente (WOODWARD, 2000; ANDERSON, 1989; DUBET, 2006).

As transformações no mundo do trabalho são, de fato, profundas. Apesar disso, a estrutura de classe derivada da apropriação privada dos meios de produção permanece. Em se tratando da classe trabalhadora, é possível que o mais indicado seja dizer que ela se modificou em sua composição e em suas demandas (ANTUNES, 2002); o que é muito distinto de dizer que ela desapareceu.

Em sintonia com o preceito de Pierre Vilar – tudo pensar historicamente –, a utilização ou não de um conceito é determinada pela capacidade deste em apreender/explicar um objeto. Analisando um caso concreto de regionalismo, o norte-mineiro, identifiquei com razoável clareza como a fração regional da burguesia construiu, por meio dos seus intelectuais e dos órgãos da sociedade civil, uma ideologia de classe que, difundida e, em certa medida, traduzida em um *senso comum*, se apresenta como uma identidade norte-mineira na segunda metade do século XX (PEREIRA, 2007).

Neste caso, a emergência e força de novas identidades, a exemplo da territorial, não elimina a importância da identidade de classe. Pelo contrário, no caso em análise, se fosse necessário hierarquizar as identidades, a condição de classe se sobrepunha nitidamente sobre as demais como evidenciam tanto o discurso como as ações da burguesia regional (PEREIRA, 2007).

Enfim, sem cair em dogmatismos e tendo o cuidado de praticar um “marxismo sem garantias” como fala Stuart Hall (2003), é possível afirmar que, não obstante as transformações óbvias pelas quais passou a história e a historiografia desde a década de 1930, o pensamento de Gramsci conserva grande vitalidade e é útil à compreensão dos processos de construção de identidades territoriais no tempo presente.

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DUBET, François. Integração: quando a sociedade nos abandona. In: BALSÀ, Casimiro, WESSLER, Boneti Lindomar, SOULET, Marc-Henry (orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social – uma abordagem transnacional*. Lisboa: CEOLS, 2006, p. 33-62.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, Vol. 1 e 5.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- LÊNIN, V.I. *O imperialismo*. Fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002.
- LÊNIN, V.I. Sobre o direito das nações à autodeterminação. *Obras escolhidas*. São Paulo: São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.507-556.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. São Paulo, Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 2007.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Vol. I.

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000., p. 7–72.

www.fjp.gov.br